

RELATO INTEGRADO E INDICADORES GRI: UM ENFOQUE NA ESTRUTURA E NA CONTABILIDADE AMBIENTAL NO TERCEIRO SETOR¹

INTEGRATED REPORTING AND GRI INDICATORS: A FOCUS ON ENVIRONMENTAL STRUCTURE AND ACCOUNTING IN THE THIRD SECTOR

Erberth de Barros Lima¹
Daniele de Castro Pessoa de Melo²
Danilo Emídio de Souza Cavalcanti³

RESUMO: O Relato Integrado (RI) é um demonstrativo que reúne informações financeiras e não financeiras, para atender aos novos desafios e oportunidades do momento atual e vem se tornando um padrão mundial de comunicação empresarial. As empresas do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da bolsa de valores B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que já passaram pela implantação, orientação e diretrizes do GRI (Global Reporting Initiative) estão a um passo do Relato Integrado. O GRI é um verdadeiro “raio x” que avalia amplamente a empresa, com vários indicadores. O objetivo geral do presente trabalho é verificar como as empresas do ISE de 2020 divulgam os Indicadores GRI propostos pela estrutura no seu relato integrado. Esse trabalho utilizou uma abordagem mista, lançando mão de coleta de dados com medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa. Para tanto, foram realizadas análises de 60 (sessenta) relatórios dessas 30 (trinta) empresas do ISE, ligadas aos segmentos de energia, varejo, banco, serviço e outros (construção civil residencial, infraestrutura, produção e exportação de papéis e petroquímica), que negociam suas ações na B3. Os relatos e relatórios revelaram um crescimento positivo no nível de divulgação geral, econômico, ambiental e social das empresas investigadas, principalmente em decorrência das informações relacionadas aos impactos ambientais percebidos ou provocados pelas empresas. Os resultados obtidos dos indicadores de desempenho na divulgação geral, econômico, ambiental e social nos relatórios e relatos integrados e de sustentabilidade, vêm mostrando uma evolução a cada ano em divulgar mais por parte das empresas do ISE na B3.

Palavras-chave: Relato integrado. Indicadores GRI. Indicadores não financeiro.

ABSTRACT: The Integrated Report (IR) is a statement that gathers financial and non-financial information, to meet the new challenges and opportunities of the current moment and has become a worldwide standard of business communication. Companies in the ISE (Corporate Sustainability Index) of the B3 stock exchange (Brasil, Bolsa, Balcão) that have already passed the implementation, guidance and guidelines of the GRI (Global Reporting Initiative) are one step away from Integrated Reporting. The GRI is a true “x-ray” that broadly evaluates the company, with several indicators. The general objective of the present work is to verify how the 2020 ISE companies disclose the GRI Indicators proposed by the structure in their integrated report. This work used a mixed approach, using data collection with numerical measurement to discover or improve research questions. To this end, analyzes were carried out on 60 (sixty) reports of these 30 (thirty) ISE companies, linked to the energy, retail, banking, service and other segments (residential civil construction, infrastructure, production and export of paper and petrochemicals), who trade their shares on B3. The reports and reports revealed a positive growth in the level of general, economic, environmental and social disclosure of the investigated companies, mainly as a result of information related to the environmental impacts perceived or caused by the companies. The results obtained from the performance indicators in the general, economic, environmental and social disclosure in the integrated and sustainability reports and reports, have been showing an evolution each year in disclosing more by the ISE companies on B3.

Keywords: Integrated reporting. GRI indicators. Non-financial indicators.

¹ Instituto de Tecnologia de Pernambuco - ITEP - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental; Mestrado Profissional em Tecnologia Ambiental; Recife - PE (Brasil); <https://orcid.org/0000-0002-2440-1357>; <http://lattes.cnpq.br/1897553614480225>; erberth.lima75@gmail.com.

² Professora PhD. Coordenadora do Instituto de Tecnologia de Pernambuco. E-mail: daniele.castro@itep.br

³ Doutor. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Tecnologia Ambiental do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP-PE). E-mail: daniloescavalcanti@gmail.com

INTRODUÇÃO

A GRI (Global Reporting Initiative) é uma organização pioneira no desenvolvimento de diretrizes para a publicação de relatórios de sustentabilidade, com sua criação remontando aos anos de 1997, tendo como compromisso a melhoria contínua dessas diretrizes, assim como sua aplicação em escala mundial. Seu objetivo básico é introduzir o mesmo rigor analítico e quantitativo dos relatórios econômico-financeiros nos relatórios não financeiros (GUIA B3).

Em 2011, o Conselho Internacional de Relato Integrado (International Integrated Reporting Council - IIRC) desenvolveu a Estrutura Internacional para Relato Integrado que promove uma abordagem mais coesa e eficiente ao processo de elaboração de relatos corporativos, visando melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capital financeiro permitindo a alocação de capital de maneira mais eficiente e mais produtiva (IIRC, 2013).

Essa sustentabilidade vem ganhando atenção em diversas áreas do conhecimento, seja pelos reflexos positivos quanto à agregação de valor, seja como resposta a eventos climáticos que tornam cada vez mais relevantes os estudos voltados a essa temática. Dentro da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável não só vem sendo foco em empresas que o empregam por uma pressão dos consumidores, mas também ganha escopo em pesquisas de diversos temas (MOMO; ARAUJO; BEHR, 2018).

Dentre os documentos produzidos pela contabilidade está o Relatório de Sustentabilidade, que tem por função apresentar todas as informações da empresa relacionadas às diferentes ações de cunho social e ambiental perante a sociedade. A elaboração desse relatório, apesar de não ser adotada por todas as empresas, por ser voluntário, procura demonstrar a preocupação das empresas com o mundo e para com a sociedade como um todo. Além disso, ainda existem os Relatórios Anuais e os Integrados que também são utilizados pelas empresas como forma de divulgar suas informações ambientais (MENEZES; FERREIRA, 2019).

Após diversas reuniões, consultas e discussões, a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeira) realizou, sob a liderança do Prof. Nelson Carvalho, por meio do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP), no dia 12 de maio de 2010, evento para discutir a integração de relatórios financeiros e não financeiros intitulado “Diálogo IFRS & GRI”, que se supõe ter sido o primeiro dessa natureza no país e contou com a participação de membros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do GRI (Global Reporting Initiative), além de membros da própria FIPECAFI (GELBCKE; SANTOS; IUDÍCIBUS; MARTINS, 2018).

Dentro desse cenário, nas últimas duas décadas, ocorreram três grandes mudanças que tornaram os tradicionais relatos corporativos obsoletos ou insuficientes, diante das novas possibilidades de geração ou destruição de valor: (1) a globalização, que consolidou os processos de integração econômica, social, cultural, política e ambiental dos países; (2) a crise financeira de 2008; e (3) o avanço da tecnologia e da internet (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

Considerando que na visão macro da economia existem três setores distintos que

auxiliam em sua movimentação e permitem o crescimento da sociedade, sendo eles: o Primeiro Setor, representado pelo Estado, no caso, o Poder Público. O Segundo Setor, composto pelas empresas privadas com finalidade lucrativa e, por fim, o Terceiro Setor, que envolve uma diversidade de organizações sem fins lucrativos, sendo este, no dizer de José Eduardo Sabo Paes (PAES, 2020), o Terceiro Setor é aquele que não é público e nem privado, no sentido convencional desses termos; porém, guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem o objetivo do lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração Estatal).

Considerando, ainda, que as empresas do primeiro setor já vêm se arvorando, surgiu o interesse em analisar/estudar a estrutura do relato integrado e dos indicadores GRI, agora com sua aplicação voltada ao terceiro setor, tomando como base as empresas do ISE na B3, objetivando apresentar a estrutura do RI, comparar e relatar os indicadores GRI, relacionando-os com o método BSC.

1. RELATO INTEGRADO

Com a união dos esforços de diversos usuários e entidades ligadas ao meio corporativo, foi criado o Conselho Internacional do Relato Integrado (IIRC) em 2010 e, após longo período de discussões (2010-2013), inclusive com iniciativas bem-sucedidas para incluir o parágrafo 47 no relatório final da Rio+20, finalmente foi divulgada em 9 de dezembro a primeira norma sobre o tema, o Framework Integrated Reporting (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

O IIRC é uma aliança global de reguladores, investidores, empresas, normatizadores, profissionais de contabilidade, academia e ONGs. A aliança promove a comunicação sobre a criação de valor como o próximo passo na evolução dos relatórios corporativos. O objetivo do IIRC é promover a prosperidade para todos e proteger nosso planeta. A missão do IIRC é estabelecer relatórios e pensamentos integrados dentro da prática comercial dominante como a norma nos setores público e privado. A visão do IIRC é um mundo no qual a alocação de capital e o comportamento corporativo estão alinhados aos objetivos mais amplos de estabilidade financeira e desenvolvimento sustentável por meio do ciclo de relatórios e pensamento integrados (IIRC, 2020).

O Relato integrado promove uma abordagem mais coesa e eficiente ao processo de elaboração de relatos corporativos, visando melhorar a qualidade da informação disponível aos provedores de capital financeiro permitindo a alocação de capital de maneira mais eficiente e mais produtiva. O objetivo principal de um relatório integrado é explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo (IIRC, 2013, p. 4).

Um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo. Um relatório integrado beneficia todas as partes interessadas na capacidade que uma organização tem de gerar valor ao longo do tempo, incluindo empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas (IIRC, 2013, p. 7).

1.1 Framework Integrated Reporting – Versão 1.0 - IIRC

A norma sobre Relato Integrado emitida pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) é composta - além de sumário executivo, glossário e apêndice - pelos seguintes tópicos:

1. Utilizando a estrutura
2. Conceitos fundamentais
3. Princípios básicos
4. Elementos de conteúdo

2. GRI (GLOBAL REPORTING INITIATIVE)

A GRI (Global Reporting Initiative) foi criada em 1997 pela ONG norte-americana Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a GRI é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento de diretrizes para a publicação de relatórios de sustentabilidade e que tem como compromisso a melhoria contínua das diretrizes, assim como sua aplicação em escala mundial. Seu objetivo básico é introduzir os mesmos rigores analítico e quantitativo dos relatórios econômico-financeiros nos relatórios não financeiros (GUIA B3).

Nossa missão é permitir que as organizações sejam transparentes e assumam a responsabilidade por seus impactos. Para isso, nos esforçamos para apoiar relatórios de sustentabilidade de melhores práticas, com base nos padrões mais usados do mundo para divulgar esses impactos (GRI, 2020).

De acordo com a GRI Standards (2020), as Normas GRI representam as melhores práticas globais para o relato público de diferentes impactos econômicos, ambientais e sociais. O relato de sustentabilidade com base nas Normas fornece informações sobre as contribuições positivas ou negativas de uma organização para o desenvolvimento sustentável.

As Normas, estruturadas como um conjunto de normas individuais inter-relacionadas, foram concebidas fundamentalmente para serem usadas juntas para ajudar na elaboração de um relatório de sustentabilidade com enfoque em tópicos materiais. As três Normas universais podem ser usadas por qualquer organização que esteja elaborando um relatório de sustentabilidade.

A organização pode também escolher dentre as Normas específicas para relatar seus tópicos materiais - econômicos, ambientais ou sociais.

A elaboração de um relatório em conformidade com as Normas GRI fornece uma visão abrangente dos tópicos materiais de uma organização e seus respectivos impactos, e também de como são geridos. A organização poderá usar a totalidade ou parte das Normas GRI selecionadas para relatar informações específicas.

A metodologia mundial mais adotada para elaboração de relatórios de sustentabilidade é a proposta pela GRI. Mais de 1.000 empresas em cerca de 70 países utilizam as diretrizes da GRI para seus relatos de sustentabilidade (GUIA B3).

A versão GRI Standard, sendo desenvolvido para utilização em conjunto, com uma estrutura modular maleável e inter-relacionada.

Segundo Dias (2017), o desenvolvimento sustentável dentro das organizações é representado pelas dimensões econômica, social e ambiental. Levando-se em conta a

dimensão econômica, ser uma organização sustentável é obter o retorno esperado através do investimento realizado na implantação da organização. Já na dimensão social a organização deve adotar formas de proporcionar para todos os envolvidos no contexto organizacional melhores condições de vida. Por fim, a dimensão ambiental aponta que a organização deve colocar em prática ações que contribuam para o desenvolvimento ambiental, deve obter uma postura de responsabilidade ambiental.

3. ISE (ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL) - B3

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é uma carteira teórica que mede o retorno médio das empresas listadas na B3 com as melhores práticas de sustentabilidade, envolvendo o engajamento das empresas em quatro pilares: econômico, social, ambiental e governança corporativa. B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) é denominado da antiga BM&FBovespa, que se juntou com a CETIP a partir de abril de 2017, caracterizada como a terceira maior bolsa do mundo, a primeira bolsa a se tornar signatária do Pacto Global da ONU (2004) e a primeira de mercados emergentes a se tornar signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) da ONU em 2010, (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

Segundo o site da B3, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) foi o 4º índice de sustentabilidade criado no mundo, em 2005.

O objetivo é apoiar os investidores na tomada de decisão de investimento e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) contribuem para a perenidade dos negócios.

Ativos Elegíveis - São convidadas para participar, como elegível, as companhias detentoras das 200 ações mais líquidas da B3, em um critério objetivo. O processo pressupõe o preenchimento de um questionário composto por 7 dimensões: Econômico-Financeiro, Geral, Ambiental, Governança Corporativa, Social, Mudança do Clima e Natureza do Produto e até 40 companhias compõem a carteira do índice (com vigência anual).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. O Conselho Deliberativo do ISE, o órgão máximo de governança do ISE, tem como missão garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas. Atualmente, o CISE é composto por onze instituições: APIMEC (presidência) - Osvaldo Alves Soares; ABRAPP (vice-presidência) - Luiz Paulo Brasizza; ANBIMA - José Carlos Halpern Doherty; B3 - Gleice Donini; ETHOS - Caio Luiz Carneiro Magri; IBGC - Sergio Mindlin; IBRACON - Francisco de Paula dos Reis Júnior; IFC - Ariane di Iorio; GIFE - José Marcelo Zacchi; Ministério da Economia - Gustavo Fontenele; ONU Meio Ambiente - Denise Hamú.

Desde março de 2011, Kassai, Carvalho, Kassai (2019), afirma que o ISE vem mostrando uma performance superior à do ibovespa, consistente ao longo do ano e, na

crise financeira de 2008, o ISE se destacou, presumindo-se que o mercado precificou os aspectos positivos de governança, políticas ambientais sociais e econômicas dessa carteira. A volatilidade também é menor, ou seja, o risco dessa carteira é menor e, como se pode pesquisar no site do B3, a performance do ISE/B3 é melhor do que a evolução do DJS World e, valorizando a situação brasileira, a composição do índice brasileiro é melhor do que a norte-americana.

4. CONTABILIDADE GERAL E AMBIENTAL

4.1 Conceitos e Aplicações

De acordo com Montoto, 2018, a Contabilidade é, portanto, uma ciência que estuda e pratica suas funções a partir dos fatos contábeis produzidos pela entidade em determinado período. Assim, registra os fatos contábeis nos livros, controla a entidade a partir das Demonstrações Financeiras e orienta os gestores a partir da Análise das Demonstrações Financeiras e da Auditoria em toda a produção de fatos contábeis da entidade.

O campo de aplicação da Contabilidade é uma azienda. Azienda é uma entidade, com ou sem fim lucrativo, com objetivo econômico, social ou ambiental, isto é, que possui patrimônio a controlar. O conceito de azienda é mais abrangente do que o conceito de empresa. Nela, consideramos não só o patrimônio mas também seus proprietários e administradores, ou seja, o Patrimônio é considerado juntamente com as pessoas que têm sobre ele poderes de administração e disponibilidade.

Uma azienda pode ser uma casa de comércio, uma indústria, a prefeitura, hospitais, igrejas, sindicatos, clubes, associações e até mesmo o nosso lar, como definido por Lopes de Sá em seu Dicionário de Contabilidade. Essas entidades são sistemas organizados que visam atingir um fim qualquer, individual ou coletivo.

O citado capítulo 4 da Estrutura Conceitual (CPC 00) vigente continua nesse ponto com essa análise a seguir, e a destacamos aqui devido à sua relevância. Na maioria das vezes reproduzimos o texto normativo por sua capacidade de se auto explicar.

4.3 - Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados. 4.26 - Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. - Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio. - Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

Segundo Carvalho, 2020, define Contabilidade Ambiental como o destaque dado pela ciência aos registros e evidências da entidade referentes aos fatos relacionados com o meio ambiente. Não se configura em nenhuma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria ou da análise de balanços, mas em uma vertente da contabilidade, a exemplo da contabilidade comercial ou industrial, que estuda fatos mais específicos de uma determinada área, no caso, a área ambiental.

Ativos Ambientais são considerados os bens e direitos da entidade, relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, e que estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para entidade. Podem estar nos seguintes subgrupos de contas: Estoques ambientais, Investimento Ambiental, Imobilizado Ambiental,

Depreciação Acumulada Ambiental, Amortização Acumulada Ambiental, Intangível Ambiental.

Passivos Ambientais são obrigações da entidade decorrentes de danos causados ao meio ambiente, de infrações ambientais ou empréstimos a serem aplicados na área ambiental, que tenham ocorrido no passado ou estejam ocorrendo no presente e que delas decorram entrega futura ou presente de ativos bem como a prestação de serviços.

Os passivos ambientais têm sido os grupamentos contábeis que mais chama a atenção, inclusive de teóricos de outras áreas, como por exemplo, os jornalistas e, inclusive da sociedade, pela associação destes com os diversos desastres ambientais, como é o caso do rompimento de duto de uma refinaria da Petrobrás, em janeiro do ano 2000, bastante divulgado na imprensa nacional que ocasionou um dos maiores desastres ecológicos ocorridos na Baía de Guanabara e teve como conseqüência a indenização de R\$ 524 milhões por danos ambientais e lucros cessantes aos pescadores prejudicados pelo vazamento e, também com a liberação de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos e a formação de uma onda de lama de aproximadamente 10 metros de altura, que deixou um rastro de destruição e de morte em novembro do ano de 2015, considerada a maior catástrofe ambiental do país, provocada pelo rompimento da barragem da Empresa Samarco em Mariana – MG. Podem estar nos seguintes subgrupos de contas: Provisões Ambientais, Degradação Ambiental, Obrigações Fiscais Ambientais a pagar, Indenizações Ambientais a pagar.

Os custos de degradação ambiental devem ser internalizados pela empresa, e não externalizados para sociedade. Como os gastos de preservação e repuração ambiental estão relacionados com a atividade produtiva da empresa, estes devem ser classificados como custos e imputados aos bens e serviços produzidos pela entidade de que no valor desses bens e serviços, conste também, o valor da natureza degradada ou o valor de sua preservação. Podem ser considerados custos ambientais: Custos de reciclagem de materiais, gastos com depreciação e amortização dos ativos ambientais, gastos relacionados com preservação e recuperação ambiental, como: tratamento de efluentes, recuperação de áreas contaminadas ou degradadas e materiais utilizados na preservação ou recuperação ambiental. É válido lembrar que, se esses gastos não forem empregados diretamente no processo produtivo da entidade, classificam-se como ambientais em vez de custos ambientais.

As Despesas Ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa que tenha relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade. Podem ser consideradas despesas ambientais: todos os gastos relacionados com as políticas internas de preservação ambiental, como folders, cartazes, cartilhas e outros; salários e encargos do pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental; todos os gastos relacionados com treinamento na área ambiental como: horas aula do instrutor; aquisição de equipamentos de proteção ambiental; despesas com depreciação do material permanente utilizado pela administração na área ambiental; despesas com compensação ambiental, despesa com recuperação ambiental; dano ambiental; despesas com auditoria ambiental; consultoria para elaboração de EIA/RIMA; despesa com licenças ambientais e despesas com multas e indenizações ambientais.

Perdas Ambientais são gastos supervenientes às atividades da empresa, algo imprevisível. Poderia ser citada como perda uma chuva ácida que tenha contaminado um lago que fornece água para irrigar as plantações de arroz, os gastos necessários para

recuperar esse dano ambiental podem ser classificados como perda, considerando que foi um fato superveniente e não previsível.

Receitas Ambientais são recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados. Os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria-prima para outras atividades como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo.

Ainda neste contexto, o Conselho Federal Contábil elaborou e emitiu nova Resolução de no.1.288 de 2010, para mensuração e definição de políticas a respeito das variáveis ambientais. A finalidade dos fundos de desativação, restauração e reabilitação ambiental, doravante referido como “fundos de desativação” ou “fundos”, é segregar ativos para custear alguns ou todos os custos de desativação de fábricas (como usina nuclear) ou determinados equipamentos (como veículos) ou de reabilitação ambiental (como despoluição de águas ou restauração de terreno contaminado), referidos conjuntamente como “desativação” (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.288/10).

Segundo Montoto (2018) se a obrigação existir, a saída de recursos for provável e houver uma estimativa confiável de valor, então é necessária a contabilização da obrigação como provisão no Passivo Exigível. Exemplo típico – Provisão para danos ambientais. Esse Passivo pode ser lançado no Passivo Circulante ou Passivo Não Circulante, e a contrapartida é a despesa provisionada referente a esse compromisso futuro.

Os demonstrativos contábeis têm como propósito muito além de apresentar as situações financeira e econômica, evidenciar a transparência e práticas utilizadas em suas operações para demonstrar a ética empresarial objetivando a consolidação da marca no mercado em que atua. Segundo Iudicibus e Marion (2018, p.7)

Essas informações são imprescindíveis para que o usuário possa tomar conhecimento sobre os planejamentos estratégicos da empresa, visão de futuro, informações adicionais sobre o ambiente externo e interno que impactaram ou poderão impactar o seu desempenho financeiro. Destaca-se que critérios como objetividade, clareza e fidedignidade na divulgação dessas informações são essenciais para evitar o que o usuário seja sugestionado a tomar decisões erradas.

Sobre o comprometimento das organizações perante a transparência e a divulgação de seus resultados, Balardim (2017) discorre que são extremamente importantes para atender as necessidades dos usuários externos nas vertentes econômica, social e ambiental. Para tanto, a governança corporativa é um grande desafio da gestão atual há mais de vinte e cinco anos e não trata se de modismo, pois têm seus princípios embasados na busca de crescimento econômico e a integração global dos mercados, sendo este o pilar fundamental para o controle dos riscos de investimentos nas empresas de capital aberto.

Segundo Baboukardos e Rimmel (2016), há evidências que indicam que os relatórios sustentáveis apresentados voluntariamente pelas empresas têm impacto direto sobre a avaliação de mercado da entidade e indiretamente impacta a relevância do valor contábil sobre seus ganhos.

5 TERCEIRO SETOR

5.1 Contexto do Terceiro Setor – Guia de orientação - CRCRS

O contexto econômico atual está composto por três setores distintos que auxiliam na movimentação da economia e permitem o crescimento da sociedade, sendo o Primeiro

Setor representado pelo Estado, no caso o Poder Público. O Segundo Setor é composto pelas empresas privadas, com finalidade lucrativa. Por fim, o Terceiro Setor envolve uma diversidade de organizações sem fins lucrativos.

5.1.2 Título de Organização Social (OS)

Conforme art. 1º da Lei nº 9.637-98, o Poder Público qualificará como Organizações Sociais (OS) as pessoas jurídicas de direito privado, sem a finalidade de lucro, com atividades voltadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, sendo necessário que seja celebrado o chamado contrato de gestão com o Poder Público, o qual define os objetivos estabelecidos. Esse título permite que a organização receba recursos orçamentários e administre serviços, instalações e equipamentos do Poder Público, após ser firmado um contrato de gestão com o governo federal. (a) Legislação - Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998. (b) Contrato de Gestão - Na Lei nº 9.637-1998, art. 7º, nos incisos I e II: Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos: I – este inciso trata sobre a necessidade de especificação do programa de trabalho proposto pela organização, bem como as metas, avaliação de desempenho e indicadores de qualidade e produtividade; II – este inciso estabelece limites e critérios para gastos com remuneração aos dirigentes e empregados da OS.

O Estado configura-se como parceiro no estabelecimento desse convênio que será regulamentado pelo que prevê a Lei nº 13.019-2014.

O Estado provê os recursos e fiscaliza por meio da indicação de membros que irão compor o Conselho de Administração. O contrato de gestão caracteriza-se pela cooperação mútua entre Estado e Organização da Sociedade Civil.

No tocante às organizações do Terceiro Setor, a adoção das Normas de Contabilidade, no que for pertinente, também é um processo natural, assim como todos os demais oriundos de mudanças nas normativas de prestações de contas.

As organizações do Terceiro Setor devem seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade, comuns às demais empresas, além da norma específica que consta a seguir:

A Interpretação Técnica Geral 2002 (Rt) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS – Item 2 - A entidade sem finalidade de lucros pode ser constituída sob a natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical. No Item 3 - A entidade sem finalidade de lucros pode exercer atividades, tais como as de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária. No Item 4 - Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000

- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa documental dos relatos e relatórios integrados, dos relatórios de

sustentabilidades, dos relatórios anuais, dos relatórios de anuais & sustentabilidade, todos com seus respectivos indicadores GRI foram obtidos por meio da internet, diretamente dos sites das 30 empresas do ISE 2020 dos anos de 2017 e 2019.

A seleção das informações desta pesquisa reuniu 30 empresas brasileiras do ISE 2020 listadas na B3 com as melhores práticas de sustentabilidade, envolvendo o engajamento dessas empresas em quadro pilares: divulgação geral com 56 indicadores, econômico com 17 indicadores, ambiental com 32 indicadores e social com 40 indicadores. Segue abaixo o quadro 6, que mostra o tipo de relatório por segmento e ano.

Quadro 6: Tipo de relatório das empresas do ISE por segmento e ano

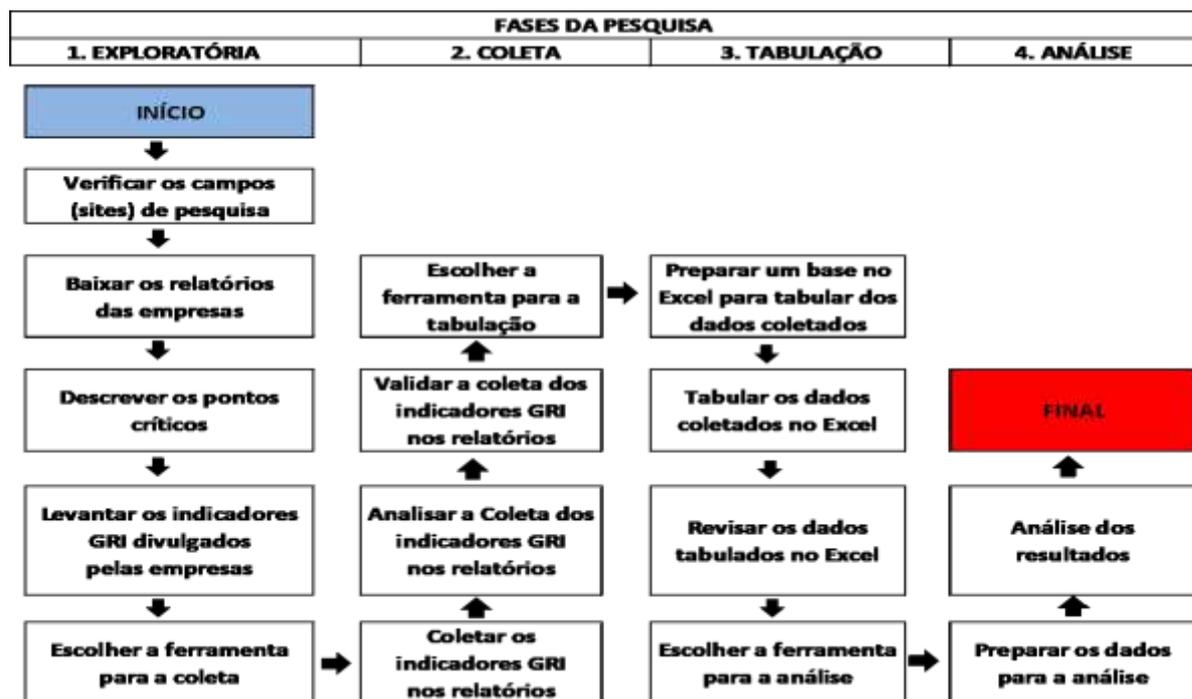
Nº	EMRESA	ANO	ANO	SEGMENT	RELATÓRIO
1	Copel	2017	2019	Energia	Relato Integrado
2	Weg	2017	2019	Energia	Anual Integrado
3	AES Tiete	2017	2019	Energia	Sustentabilidade
4	Engie	2017	2019	Energia	Sustentabilidade
5	Eletrobras	2017	2019	Energia	Anual
6	Light	2017	2019	Energia	Anual
7	Cemig	2017	2019	Energia	Anual & Sustentabilidade
8	EDP	2017	2019	Energia	Anual
9	Petrobrás	2017	2019	Energia	Sustentabilidade
10	Duratex	2017	2019	Varejo	Relato Integrado
11	BRF	2017	2019	Varejo	Integrado
12	Lojas Americanas	2017	2019	Varejo	Anual
13	Lojas Renner	2017	2019	Varejo	Anual
14	Natura	2017	2019	Varejo	Anual
15	Itaúsa	2017	2019	Banco	Relato Integrado
16	Bradesco	2017	2019	Banco	Integrado
17	ItauUnibanco	2017	2019	Banco	Integrado
18	Banco Brasil	2017	2019	Banco	Anual
19	Santander	2017	2019	Banco	Anual
20	VIVO	2017	2019	Serviços	Sustentabilidade
21	TIM	2017	2019	Serviços	Sustentabilidade
22	Movida	2017	2019	Serviços	Integrado
23	Cielo	2017	2019	Serviços	Sustentabilidade
24	Ecorodovia	2017	2019	Serviços	Sustentabilidade
25	Fleury	2017	2019	Serviços	Sustentabilidade
26	B2W	2017	2019	Serviços	Anual
27	MRV	2017	2019	Outros	Sustentabilidade
28	CCR	2017	2019	Outros	Anual & Sustentabilidade
29	Klabin	2017	2019	Outros	Sustentabilidade
30	Brasken	2017	2019	Outros	Anual

Fonte: Autor (2022) e B3 (2020)

O segmento outros é composto da empresa MRV do segmento de construção civil residencial, da CCR do segmento infraestrutura, da KLABIN do segmento de produção e exportação de papéis e BRASKEN do segmento petroquímico.

Esta pesquisa não se utilizou de uma amostra, e sim, do universo total das empresas participantes do ISE 2020, com o intuito de comparar e relatar os indicadores de desempenho GRI divulgados nesta metodologia. Na figura 5 abaixo, mostrará o fluxograma desde a fase exploratória até a fase de análise:

Figura 5 – Fluxograma metodológica da pesquisa



Fonte: Autor, 2022

Para coleta de dados das empresas do ISE de 2020 foi a análise documental dos relatos integrados, dos relatórios anuais e sustentabilidade divulgados nos seus respectivos sites empresariais.

Com esse banco de dados será possível trabalhar com ferramentas estatísticas compostas de tabelas, gráficos e cálculos de porcentagens, variações percentuais, frequências relativas e absolutas, frequências acumuladas absolutas e relativas, e distribuição normal, traduzindo números em respostas e resultados conclusivos.

A escolha para ferramenta para a tabulação foi o Microsoft Excel que é um editor de planilhas eletrônicas. Seus recursos incluem uma capacitada ferramenta de cálculo e de construção de gráficos.

A apresentação tabular é uma apresentação numérica dos dados. Consiste em dispor os dados em linhas e colunas distribuídas de modo ordenado. As tabelas têm a vantagem de conseguir expor, sinteticamente e em um só local, os resultados sobre a pesquisa, de modo a se obter uma visão global mais rápida a ser analisado.

O Microsoft Excel foi a principal ferramenta para análise de dados. Foi uma maneira estratégica de olhar para os dados de uma empresa e encontrar informações

importantes para decisão da pesquisa.

Após o fluxograma da pesquisa apresentado na figura 5, formou-se um banco de dados de 8.700 indicadores GRI, contendo 4.929 respostas divulgadas pelas empresas e 3.771 respostas não participativas ou não correspondidas pelas empresas dos anos de 2017 e 2019.

A apresentação gráfica dos dados numéricos constitui uma melhor forma de visualizar os fenômenos e comportamentos das variáveis de uma maneira mais rápida, fácil e precisa.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este item apresenta a análise dos dados coletados e a discussão dos resultados obtidos a partir dos materiais levantados neste trabalho, estando segregado nos seguintes subitens: Divulgação geral, setor econômico, setor ambiental e setor social.

7.1 Divulgação geral

As divulgações dos indicadores GRI gerais e específicas de ordem econômica, ambiental e social foram encontradas nos relatórios das 30 empresas. Em 2019, cerca de 59% das empresas optaram por incluir um determinado nível de divulgação nos relatórios analisados e 41% das empresas optaram em não divulgar. Em 2017, apenas 55% divulgaram esses indicadores e 45% não divulgaram em seus relatórios. Se compararmos com 2019, houve uma variação percentual positiva de 7,9% das empresas em divulgarem seus indicadores nos relatórios. O setor que mais cresceu nas divulgações das informações dos indicadores foi o social com 18,2%, em seguida o setor ambiental com 13,8% e por último o setor econômico com 10,5%, como mostra na Tabela 1:

Tabela 1 - Evolução das divulgações dos indicadores GRI

GRI	2017		2019		Var.%	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
102	1254	426	1272	408	1,4%	-4,2%
200	210	300	232	278	10,5%	-7,3%
300	419	541	477	483	13,8%	-10,7%
400	488	712	577	623	18,2%	-12,5%
TOTAL	2371	1979	2558	1792	7,9%	-9,4%
%	55%	45%	59%	41%		

Fonte: Autor, 2022

7.2 Categorias das empresas envolvidas

O segmento outros são os que apresentaram as maiores variações percentuais (15,61%) significativos nas divulgações dos indicadores GRI mostrados nos relatórios analisados de 2017 para 2019. Esse segmento indica os maiores riscos ambientais, pois são atividades com elevados níveis de externalidades com o meio ambiente, relacionados com o consumo de recursos naturais e energia, bem como elevados níveis de poluição.

O segmento de energia também apresentou elevada variação percentual com

14,59%, ou seja, de 788 para 903. Em seguida com uma pequena variação foi o segmento de varejo com 4,73%, de 444 para 465 e por último o segmento de serviços com 2,54%, de 472 para

484. O segmento de banco mostrou uma diminuição (-2,19) em apresentar os indicadores de um ano para outro, de 366 para 358, ou seja, 8 indicadores sem publicação, como expõe na tabela 2.

Tabela 2 - Evolução das divulgações dos indicadores GRI por segmento

GRI	ENERGIA		VAREJO		BANCO		SERVIÇO		OUTROS	
	2017	2019	2017	2019	2017	2019	2017	2019	2017	2019
102	419	440	227	226	208	192	249	259	151	155
200	56	75	43	39	30	35	51	49	30	34
300	145	174	83	91	49	50	79	86	63	76
400	168	214	91	109	79	81	93	90	57	83
TOTAL	788	903	444	465	366	358	472	484	301	348
VAR. %	14,59%		4,73%		-2,19%		2,54%		15,61%	

Fonte: Autor, 2022

7.3 Política divulgação geral – indicadores padrões

A estrutura dos indicadores padrões do GRI 102 – Divulgação Geral 2016, na versão Standards, possui 56 indicadores de desempenho. As 30 empresas divulgaram e responderam

1.272 indicadores e 408 não responderam, totalizando 1.680 indicadores de acordo com seguinte estrutura abaixo e na Tabela 3:

Tabela 3: Tópicos da divulgação geral

GRI 102: Divulgação Geral 2016 - PADRÃO	2019		%
	RESP.	TOTAL	
Perfil organizacional	390	390	100%
Estratégia	54	60	90%
Ética e integridade	54	60	90%
Governança	264	660	40%
Engajamento de stakeholders	150	150	100%
Prática de relato	360	360	100%
TOTAL	1272	1680	76%

Fonte: Autor, 2022

Com base na Tabela 3, calculou-se o percentual das empresas que responderam os indicadores GRI no ano de 2019. Com base nesse percentual observamos que os tópicos perfil organizacional, engajamento de stakeholders e prática de relato apresentaram 100% de divulgação dos indicadores apresentados pelo GRI. Com 90%, os tópicos estratégia, ética e integridade e por último o tópico governança com 40%. Esse tópico apresenta também um alto percentual (60%) de respostas não interessadas pelas empresas.

O tópico governança oferece uma visão geral sobre: (1) a estrutura de governança e sua composição; (2) o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na definição do propósito, dos valores e da estratégia da organização; (3) as competências e a avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança; (4) o papel desempenhado

pelo mais alto órgão de governança na gestão de riscos; (5) o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade; (6) o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na avaliação do desempenho econômico, ambiental e social; (7) remuneração e incentivos.

7.4 Conteúdos da forma de gestão e específicos - indicadores

Os conteúdos da forma de gestão são uma explicação narrativa de como uma organização gerencia um tópico material, os impactos a ele associados e as expectativas e os interesses razoáveis dos stakeholders. Qualquer organização que declare que seu relatório foi preparado em conformidade com as Normas GRI deverá relatar sua forma de gestão para todos os tópicos materiais, bem como os conteúdos específicos desses tópicos.

Para os conteúdos específicos espera-se que a organização compile informações para os conteúdos econômicos a partir dos dados contidos nas suas demonstrações financeiras auditadas ou nos seus relatórios de gestão auditados internamente, sempre que possível.

7.4.1 Setor Econômico

Nessa seção de desempenho econômico para cada publicação desses indicadores da GRI, cada empresa apresentou os conteúdos da forma de gestão e os conteúdos específicos.

Segue abaixo a Tabela 4 contendo os conteúdos da GRI 200 Standards Série Econômica com os quantitativos das empresas divulgados nos relatórios em 2019.

Tabela 4: Tópicos do setor econômico

GRI 200 Standards Série Econômica	2019		%
	RESP.	TOTAL	
GRI 201: Desempenho Econômico	68	120	57%
GRI 202: Presença de Mercado	21	60	35%
GRI 203: Impactos Econômicos Indiretos	33	60	55%
GRI 204: Prática de Compra	17	30	57%
GRI 205: Combate a Corrupção	71	90	79%
GRI 206: Concorrência Desleal	15	30	50%
GRI 207: Tributos	7	120	6%
TOTAL	232	510	45%

Fonte: Autor, 2022

Na tabela 4, o combate a corrupção com 79% é a que representa o maior interesse das empresas de todos eles.

As empresas estão relatando os seguintes pontos quando houver: (1) o número total e percentual de membros do órgão da organização, de empregados e de parceiros de negócio aos quais foram comunicados em políticas e procedimentos de combate à corrupção adotados pela organização, discriminados por região, categoria funcional e tipo

de parceiro; (2) o número total e percentual de membros do órgão da organização e de empregados que receberam capacitação em combate à corrupção, discriminado por região e categoria funcional; (3) o número total e natureza dos casos confirmados de corrupção; (4) número total de casos confirmados em que empregados foram demitidos ou punidos por Corrupção; (5) número total de casos confirmados em que contratos com parceiros de negócios foram rescindidos ou não renovados em decorrência de violações relacionadas à corrupção; (6) processos judiciais relacionados à corrupção movidos contra a organização ou seus empregados no período coberto pelo relatório e o resultado desses processos; (7) número total e percentual de operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção e os Riscos significativos relacionados à corrupção identificados por avaliação de riscos.

Ficou evidenciado também, dois tópicos com 57%, o primeiro é o tópico de desempenho econômico cuja as empresas relataram as seguintes informações quando há: (i) riscos e oportunidades apresentados pelas mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais nas operações, receitas ou despesas, incluindo: (i) uma descrição do risco ou da oportunidade e sua classificação como físico (a), regulatório (a) ou de outra natureza; (ii) uma descrição do impacto associado ao risco ou à oportunidade; (iii) as implicações financeiras do risco ou da oportunidade antes de serem tomadas medidas; (iv) os métodos utilizados para gerenciar o risco ou a oportunidade; (v) os custos das medidas tomadas para gerenciar o risco ou a oportunidade.

O segundo tópico é a prática de compra, que relataram as seguintes informações pontuais quando houver: (i) percentual do orçamento de compras utilizado em unidades operacionais importantes que é gasto com fornecedores locais (tais como o percentual de produtos e serviços comprados; (2) a definição geográfica de "local" usada pela organização; (3) a definição usada para "unidades operacionais importantes".

Assim, como essas informações apresentadas nos parágrafos anteriores, os impactos econômicos indiretos e concorrência desleal são os terceiro e quarto tópicos que apresentaram também fortes percentuais de interesse (55% e 50%) em revelar suas informações com base nos indicadores de desempenho.

O interesse das empresas em publicar o tópico impactos econômicos indiretos estão relacionados aos seguintes pontos quando houver: (1) o nível de desenvolvimento de investimentos em infraestrutura e apoio a serviços que são significativos; (2) impactos atuais ou esperados nas comunidades e economias locais, incluindo impactos positivos e negativos, quando relevantes; (3) se esses investimentos e serviços são comerciais, em espécie ou gratuitos.

Já no tópico concorrência desleal, mostrou assuntos referentes as ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio, são eles: (1) número de ações judiciais pendentes ou encerradas durante o período coberto pelo relatório referentes a concorrência desleal e violações de leis antitruste e antimonopólio em que a organização tenha sido identificada como participante; (2) principais resultados das ações judiciais concluídas, incluindo quaisquer decisões ou sentenças.

7.4.2 Setor Ambiental

Nessa seção de desempenho ambiental para cada publicação desses indicadores GRI, cada empresa apresentou os conteúdos da forma de gestão e os conteúdos específicos.

Na Tabela 5 expõe os conteúdos da GRI 300 Standards Série Ambiental

com os quantitativos das empresas divulgados nos relatórios em 2019.

Tabela 5: Tópicos do setor ambiental

GRI 300 Standards Série Ambiental	2019		%
	RESP.	TOTAL	
GRI 301: Materiais	33	90	37%
GRI 302: Energia	72	150	48%
GRI 303: Água e Efluentes	67	150	45%
GRI 304: Biodiversidade	37	120	31%
GRI 305: Emissões	154	210	73%
GRI 306: Resíduos	59	150	39%
GRI 307: Conformidade Ambiental	20	30	67%
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornec.	35	60	58%
TOTAL	477	960	49,7%

Fonte: Autor, 2022

Na tabela 5 confirma que o primeiro ponto de destaque do setor ambiental é o tópico emissões, que representa 73% das publicações das empresas sobre os indicadores GRI do setor ambiental em relação ao total (210).

Nesse item estão incluídas as seguintes informações referente as emissões diretas quando houver: (a) total de emissões diretas de GEE em toneladas métricas de CO₂ equivalente; (b) gases incluídos no cálculo; se CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFCs, SF₆, NF₃ ou todos; (c) emissões biogênicas de CO₂ em toneladas métricas de CO₂ equivalente; (d) ano- base para o cálculo, se aplicável, incluindo: (i) a justificativa para sua escolha; (ii) emissões no ano-base; (iii) O contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base; (e) fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP; (f) a abordagem de consolidação escolhida para as emissões; se participação acionária, controle financeiro ou controle operacional; (g) normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas.

Nas emissões indiretas quando houver são: (a) total de emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO₂ equivalente calculadas com base na localização; (b) se aplicável, o total de emissões indiretas de GEE (Escopo 2) provenientes da aquisição de energia em toneladas métricas de CO₂ equivalente calculadas com base no mercado; (c) se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFCs, SF₆, NF₃ ou todos; (d) ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: (i) a justificativa para sua escolha; (ii) emissões no ano-base; (iii) o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base; (e) fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP; (f) a abordagem de consolidação adotada para as emissões; se participação acionária, controle financeiro ou controle operacional; (g) normas, metodologias,

premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas.

Já na outras emissões indiretas quando houver são: (a) total de outras emissões indiretas de GEE em toneladas métricas de CO₂ equivalente; (b) se disponível, os gases incluídos no cálculo; se CO₂, CH₄, N₂O, HFCs, PFCs, SF₆, NF₃ ou todos; (c) emissões biogênicas de CO₂ em toneladas métricas de CO₂ equivalente; (d) outras categorias e

Atividades de emissões indiretas de GEE incluídas no cálculo; (e) ano-base para o cálculo, se aplicável, incluindo: (i) a justificativa para sua escolha; (ii) emissões no ano-base; (iii) o contexto de quaisquer mudanças significativas em emissões que geraram a necessidade de novos cálculos de emissões no ano-base; (f) fonte dos fatores de emissão e índices de potencial de aquecimento global (GWP) usados ou uma referência à fonte de GWP; (g) normas, metodologias, premissas e/ou ferramentas de cálculo adotadas.

Podemos observar também na tabela 6, que a intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) foram indicadores relevantes e participativos perante as empresas mostrando uma preocupação em procurar reduzir a quantidade de gases de efeito estufa (GEE) que liberam na atmosfera. Esses gases, que são emitidos, por exemplo, nas chaminés das indústrias, no desmatamento de florestas ou nos escapamentos de veículos, absorvem e retêm calor e alteram as temperaturas do planeta.

O tópico conformidade ambiental também apresentou elevado percentual divulgado pelas empresas em relação ao total (30) disponibilizado pela GRI. Nesse tópico as empresas procuram relatar as informações referente as multas significativas e sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais em termos de: (i) valor monetário total das multas significativas; (ii) número total de sanções não monetárias;

(iii) processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem. E se a organização não tiver identificado nenhum caso de não conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais, a empresa deverá fazer uma breve declaração desse fato será suficiente.

Outro ponto importante referente a este setor é o tópico avaliação ambiental de fornecedores, que mostrou que 58% das empresas buscaram divulgar suas informações através de indicadores de GRI nos seus relatórios, pelo fato de ser uma rubrica fundamental no processo de contribuição de melhoria e respeito ao meio ambiente.

Nesse item, a GRI pede que as organizações relatem o número e percentual de novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais e os impactos ambientais negativos – reais e potenciais - na cadeia de fornecedores e medidas tomadas. Os fornecedores devem ser aliados da preservação da natureza, adotem práticas sustentáveis e ajudem a incorporar medidas de redução de danos ambientes e desempenhe papel vital de cuidados da biodiversidade brasileira junto com as empresas.

O resultado do autor sobre Emissões de Gases de Efeitos Estufa (GEE), confirma com os autores Vellozo e França (2017) que são a principal causa de mudança climática com preocupação em controlar o volume e recompensar a redução da emissão de GEE.

O primeiro ponto de destaque do setor ambiental é o tópico emissões, que representa 73% das publicações das empresas sobre os indicadores GRI do setor ambiental em relação aototal (210).

No resultado de segmento de energia, mostrado pelo autor, estão em concordância com os apresentados por Duarte, Falcão, Cruz, Costa e Santos (2019) por possuir a mesma preocupação (controle no consumo energético) com a responsabilidade ambiental divulgada pelos grupos brasileiros (Copel, Eletrobrás, Light, Cemig e EDP) de

distribuição de energia elétrica.

7.4.3 Setor Social

Nessa seção de desempenho social para cada publicação desses indicadores GRI, cada empresa apresentou os conteúdos da forma de gestão e os conteúdos específicos.

Na Tabela 6 demonstra os conteúdos da GRI 400 Standards Série Social com os quantitativos das empresas divulgados nos relatórios em 2019.

Tabela 8: Tópicos do setor social

GRI 400 Standards Série Social	2019		%
	RESP.	TOTAL	
GRI 401: Emprego	59	90	66%
GRI 402: Relação de Trabalho	10	30	33%
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho	107	300	36%
GRI 404: Capacitação e Educação	72	90	80%
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oport.	48	60	80%
GRI 406: Não Discriminação	17	30	57%
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Col.	13	30	43%
GRI 408: Trabalho Infantil	15	30	50%
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Esc.	18	30	60%
GRI 410: Práticas de Segurança	6	30	20%
GRI 411: Direitos de Povos Indígenas	6	30	20%
GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos	25	90	28%
GRI 413: Comunidades Locais	31	60	52%
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores	37	60	62%
GRI 415: Políticas Públicas	18	30	60%
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor	22	60	37%
GRI 417: Marketing e Rotulagem	37	90	41%
GRI 418: Privacidade do Cliente	16	30	53%
GRI 419: Conformidade Socioeconômica	20	30	67%
TOTAL	577	1200	48%

Fonte: Autor, 2022

Para a pesquisa em questão, dois tópicos apresentaram 80% das publicações das empresas sobre os indicadores GRI do setor social em relação aos totais (90 e 60).

Nesses dois tópicos, o primeiro relata um valor na capacidade e educação dos empregados na organização, são eles: (1) média de horas de capacitação realizada pelos empregados da organização durante o período coberto pelo relatório, discriminada por: (i) gênero; (ii) categoria funcional; (2) tipo e escopo de programas implementados e de assistência prestada para aperfeiçoar as competências dos empregados e programas de assistência para transição de carreira oferecidos visando facilitar a empregabilidade continuada e a gestão de final de carreira devido a aposentadoria ou rescisão do contrato de trabalho; (3) percentual do total de empregados, discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliação regular de desempenho e de desenvolvimento de

carreira durante o período coberto pelo relatório.

No segundo tópico relata a diversidade e igualdade de oportunidades composta por: (1) percentual de indivíduos que integram os órgãos de governança da organização em cada uma das seguintes categorias de diversidade: (i) gênero; (ii) faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, acima de 50 anos; (iii) outros indicadores de diversidade, quando relevantes (tais como minorias ou grupos vulneráveis); (2) percentual de empregados por categoria funcional em cada uma das seguintes categorias de diversidade: (i) gênero; (ii) faixa etária: abaixo de 30 anos, de 30 a 50 anos, acima de 50 anos; (iii) outros indicadores de diversidade, quando relevantes (tais como minorias ou grupos vulneráveis); (3) proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens para cada categoria funcional, por unidades operacionais importantes; (4) a definição usada para “unidades operacionais importantes”.

No grupo dos 60% das divulgações das informações das empresas sobre os indicadores impostas pela GRI são: emprego, trabalho forçado ou análogo ao escravo, avaliação social de fornecedores, políticas públicas e conformidade socioeconômica.

Para o grupo dos 50% das publicações divulgadas são: não discriminação, trabalho infantil, comunidades locais e privacidade do Cliente.

Os resultados apresentados na tabela 2 no segmento Banco, o autor confirma e concorda com os resultados demonstrados pelos autores Diniz, Melo, Guilherme, júnior e Lima (2021), que constataram que as Instituições Financeiras alocaram grande parte de seus recursos em indicadores sociais internos e externos, sendo, portando, menor a valorização em Investimentos no Meio Ambiente (IMA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas informações pesquisadas é possível perceber que o relato integrado e os indicadores GRI estão difundindo no mundo e está se consolidando, em especial no terceiro setor que estão preocupadas com iniciativas e divulgação corporativa para a sustentabilidade (econômico, ambiental e social).

Diante desse cenário, apresento alguns pontos relacionados ao relato integrado e aos indicadores GRI:

Para as empresas, o relato integrado traz a oportunidade de repensar o seu processo de tomada de decisão como um todo, buscando a criação de valor de curto, médio e longo prazo. Do processo de implementação de pensamento integrado, espera-se que resulte em melhora no desempenho de sustentabilidade, redução no impacto ambiental causado por suas atividades, aumento na produção de capital intelectual, melhora no uso dos recursos manufaturados disponíveis, aumento na satisfação dos funcionários por entender o seu papel dentro da organização e pela gestão desse capital específico. Melhor uso dos recursos financeiros e por fim melhores resultados financeiros e ganho em várias dimensões decorrentes da melhor gestão dos seus relacionamentos (ZARO, 2021).

Segundo Junior e Carrieri (2020) para as áreas de administração, traz uma possibilidade de pensar o tema da sustentabilidade e o quanto ele está alinhado a ganhos estratégicos e financeiros, além da observação de formas de precarização do trabalho que levam à superexploração de trabalhadoras informais para contribuir com os ganhos dos acionistas, dentro de uma proposta de empresa “sustentável”; já para a contabilidade, entendemos que o IIRC e sua proposta de relato integrado, além de oferecerem uma

oportunidade de investigar temas relativos à regulamentação contábil em um contexto ainda pouco institucionalizado, sejam um caso exemplar de iniciativa interorganizacional que, por meio de uma coalizão de interesses profissionais e empresariais revestidos de uma aparência “técnica” e colaborativa, busca ativamente legitimar uma definição de sustentabilidade amigável aos negócios e, assim, permite que as organizações mantenham seus negócios como de costume ao mesmo tempo que afirmam estar em conformidade com diretrizes de sustentabilidade.

Ribeiro, Neto, Cosenza e Zotes (2020) realizaram uma análise bibliométrica seguida de uma análise exploratória, no intuito de analisar a evolução da produção científica sobre RI e sua relação com questões ambientais, sociais e de sustentabilidade, no período de 2010 a junho 2019. A análise dos documentos levantados mostrou a pouca atenção que é dada à questão social e ambiental nas pesquisas acadêmicas sobre o RI. Menos de 15% das publicações sobre RI, na base Scopus, tratam de questões sociais e ambientais. Desta forma, faz-se necessário que sejam desenvolvidas pesquisas neste sentido, principalmente no que tange ao reconhecimento, à classificação, à mensuração e à divulgação das informações sociais e ambientais.

Para o autor é importante ressaltar que as informações dos relatos integrados das empresas Copel, Duratex e Itaúsa diferem sucintamente na estrutura de um exercício para o outro o que pode se tornar com o tempo prejudicial, principalmente na comparabilidade da informação, no reconhecimento e na fidedignidade da interpretação.

O autor alerta que as Comissões de Valores Mobiliários e de relato integrado do Brasil deveriam investigar com profundidade e maior exigência os documentos publicados pelos sites das empresas do ISE atuantes na B3, tendo em vista que nem todas elas os publicam como relato integrado.

O autor acredita que a dissertação em tela traz contribuições relevantes para a área de pesquisa acadêmica, situando o atual estágio de investigação científica sobre o RI e Indicadores GRI relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais, considerando que o presente trabalho que pode ser visto como um relatório técnico e fonte de inspiração de sustentabilidade para o terceiro setor.

Todas as 30 empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) buscaram criar um ambiente de desenvolvimento sustentável da sociedade atual e impulsionaram a transparência das corporações em divulgarem relatórios de sustentabilidade de acordo com o modelo da GRI às partes interessadas os seus projetos em ações sociais e ambientais.

A responsabilidade social e ambiental são ações voltadas para a estratégia gerencial das empresas, visando ao seu comprometimento com os recursos naturais e ao mesmo tempo contribuindo com o desenvolvimento econômico, e se torna visível esse comprometimento em seus relatórios.

Por fim, Junior e Carrieri (2020) defendem que a sustentabilidade seja pensada em termos mais abrangentes, tendo por base seus aspectos sociais, econômicos e ambientais, e não somente as vantagens competitivas para os acionistas. Para tanto, mais importante do que discutir as orientações contidas na Estrutura Internacional para Relato Integrado, entendemos ser necessário promover práticas dialógicas na produção dos relatórios corporativos, que rompam com o monopólio dos gestores e incluam uma gama mais ampla de stakeholders na avaliação do desempenho organizacional – algo que nos parece ser o oposto do projeto do IIRC, que se apresenta como mais uma ferramenta a serviço do controle gerencial.

REFERÊNCIAS

BABOUKARDOS, Joshua D.; RIMMEL, Gunnar (2016). **Value relevance of accounting information under an integrated reporting approach: a research note.** *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 35, n. 4, p. 437-452. Recuperado em 10 de novembro de 2011 de <http://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A958295&divid=-4057>.

DUARTE, A.M.; FALÇÃO, D.S.; CRUZ, V. L.; COSTA, W.P.L.B.; SANTOS, R.R.

Responsabilidade social, ambiental e econômica das empresas brasileiras de energia elétrica. **IV SIMPCONT. 2019.**

GARCIA-Sánchez, I.-M., & NOGUEIRA-Gámez, L. (2017). **Integrated information and the cost of capital.** *International Business Review*, 26(5), 959-975. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2017.03.004>

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio dos; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.**

GUIA B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Disponível em: <http://www.b3.com.br/data/files/1A/D7/91/AF/132F561060F89E56AC094EA8/Guia-para-empresas-listadas.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2020.

IIRC. **International Integrated Reporting Framework.** Disponível em <http://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/> Acesso em: 01/11/2020. Ano: 2013. 140

IIRC. **International Integrated Reporting Council.** Disponível em: <https://integratedreporting.org/the-iirc-2/>. Acesso em: 01/11/2020. Ano: 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos (2018). **Curso de Contabilidade para não Contadores (8ª ed).** São Paulo: Atlas.

JUNIOR, P.F.H.; CARRIERI, A.P. **Desenvolvimento sustentável e trabalho precário no relato integrado da Natura: pensando um contrarrelato.** *Revista Organizações & Sociedade*. Bahia, 2020. DOI 10.1590/1984-9270932

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Rubens Seyiti; **Contabilidade Ambiental: relato integrado e sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2019.

MENEZES, Glauber; FERREIRA, Denize Demarche Minatti. **A Visão da Contabilidade sobre as Reformas do Brasil. Evidenciação de Informações Ambientais em Empresas Listadas na [B]3 e na NYSE.** 9º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 2019.

RIBEIRO, C.M.A.; NETO, J.V.; COSENZA, J.P.; ZOTES, L.P. **Evidenciação da responsabilidade social corporativa nos estudos sobre relato integrado: uma revisão**

estruturada da literatura, Vol. 53, p. 107-132, jan./jun. 2020. DOI: 10.5380/dma.v53i0.68391. e-ISSN 2176-9109.

BABOUKARDOS, Joshua D.; RIMMEL, Gunnar (2016). **Value relevance of accounting information under an integrated reporting approach: a research note**. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 35, n. 4, p. 437-452. Recuperado em 10 de novembro de 2011 de <http://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A958295&dswid=-4057>.

DUARTE, A.M.; FALÇÃO, D.S.; CRUZ, V. L.; COSTA, W.P.L.B.; SANTOS, R.R.

Responsabilidade social, ambiental e econômica das empresas brasileiras de energia elétrica. **IV SIMPCONT. 2019**.

GARCIA-Sánchez, I.-M., & NOGUEIRA-Gámez, L. (2017). **Integrated information and the cost of capital**. *International Business Review*, 26(5), 959-975. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2017.03.004>

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Arioaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio dos; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2018**.

GUIA B3 – **Brasil, Bolsa, Balcão**. Disponível em: <http://www.b3.com.br/data/files/1A/D7/91/AF/132F561060F89E56AC094EA8/Guia-para-empresas-listadas.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2020.

IIRC. **International Integrated Reporting Framework**. Disponível em <http://integratedreporting.org/resource/international-ir-framework/> Acesso em: 01/11/2020. Ano: 2013.

IIRC. **International Integrated Reporting Council**. Disponível em: <https://integratedreporting.org/the-iirc-2/>. Acesso em: 01/11/2020. Ano: 2020.

JUNIOR, P.F.H.; CARRIERI, A.P. **Desenvolvimento sustentável e trabalho precário no relato integrado da Natura: pensando um contrarrelato**. *Revista Organizações & Sociedade*. Bahia, 2020. DOI 10.1590/1984-9270932

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Rubens Seyiti; **Contabilidade Ambiental: relato integrado e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2019.

MENEZES, Glauber; FERREIRA, Denize Demarche Minatti. **A Visão da Contabilidade sobre as Reformas do Brasil. Evidenciação de Informações Ambientais em Empresas Listadas na [B]3 e na NYSE**. 9º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 2019.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e avançada esquematizado – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018**.

Oliveira Araujo, A., Behr, A., & da Silva Momo, F. (2018). **Análise do código de conduta das instituições financeiras da BM&FBovespa à luz das recomendações do Instituto**

Brasileiro de Governança Corporativa. Revista Contemporânea De Contabilidade, 15(34), 115-143. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n34p115>

Paes, José Eduardo Sabo; **Fundações, associações e entidades de interesse social : aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários** / José Eduardo Sabo Paes. – 10. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

RIBEIRO, C.M.A.; NETO, J.V.; COSENZA, J.P.; ZOTES, L.P. **Evidenciação da responsabilidade social corporativa nos estudos sobre relato integrado: uma revisão estruturada da literatura**, Vol. 53, p. 107-132, jan./jun. 2020. DOI: 10.5380/dma.v53i0.68391. e-ISSN 2176-9109